A diferenciação do Ensino Superior no Brasil

Simon Schwartzman
com a colaboração de Rogério Carlos Gastaldo de Oliveira

Preparado para a Segunda reunião do "Projeto Regional de Estudos sobre Políticas de Educação Superior", Buenos Aires, Agosto, 1990 (1)

Sumário:

---

1. Diferenças reais, mas não reconhecidas

A legislação brasileira do ensino superior postula sua convergência futura em um modelo único, o da universidade do ensino, da pesquisa e da extensão, e as habilitações profissionais proporcionadas pelas escolas superiores do país se baseiam também na suposição de que um diploma de médico ou engenheiro do Rio Grande do Sul ou da Paraíba é sempre equivalente, na forma e no conteúdo, a um outro outorgado em São Paulo ou em Minas Gerais.

A realidade é bem distinta, mas a tendência dominante tem sido a de atribuir as diferenças existentes a deficiências do subdesenvolvimento do país, a serem superadas no futuro. A noção de que os sistemas de ensino superior de massa tendem inevitavelmente à pluralidade de formas e funções ainda não penetrou no Brasil de forma suficiente nem nos legisladores nem, muito menos, no público mais amplo, que tende a ver com suspeição qualquer forma de reconhecimento explícito de diferenciações sociais reais.

O objetivo deste trabalho é documentar, com algum detalhe, alguns aspectos da diferenciação que existe de fato no ensino superior do país, em função de suas regiões socioeconômicas, dos vários tipos de instituições de ensino superior, das áreas de conhecimento, e de alguns outros elementos de evidência disponíveis. As informações utilizadas são derivadas de levantamentos feitos pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura para o ano de 1988, e se restringem a algumas das características mais gerais do alunado.

As linhas mais aparentes de diferenciação que existem no ensino superior brasileiro são, por um lado, em função de quem mantém a instituição, e, por outro, se ela pertence a uma universidade, assim definida legalmente, ou a algum outro tipo de arranjo institucional. As tabelas 1 e 2 dão as distribuições de cursos e de

alunos segundo estas duas variáveis:

Tabela 1 - Cursos superiores existentes, por tipo de estabelecimento e dependência administrativa

	Universidades	**Federações**	**Faculdades Integradas**	**Estab. Isolado**	**Total**
Federal	1010			50	1060 24.7
Estadual	386			214	600 14.0
Municipal	41		6	226	273 6.3
Particular	660	60	445	1202	2367[1] 55.0
Total	2097 48.8	60 1.4	451 10.5	1692 39.3	4300 100%

1. Inclui "sem informação"

Tabela 2 - Alunos matriculados, por tipos de estabelecimento e dependência administrativa

	Universidades	**Federações**	**Faculdades Integradas**	**Estab. Isolado**	**Total**
Federal	302265			13366	317831 21.1
Estadual	129785			60951	190736 12.7
Municipal	17178		965	58641	76784 5.1
Particular	318812	21884	178895	398618	918209[1] 61.2
Total	770240	21884	179860	531576	1503560

	51.2	1.5	12.0	35.4	100
1. Inclui "sem informação"					

Estas tabelas mostram a nítida predominância do setor privado, com 61.2% dos alunos. A proporção de cursos e estudantes em universidades é de 48.8 e 51.2% respectivamente. Na medida em que os dados permitam, o sentido destas diferenças irá sendo aprofundado ao longo deste trabalho.

Estas diferenças refletem o fato de que o ensino público federal não se expandiu nos últimos anos, aumentando a descentralização do sistema, seja pelo fortalecimento dos sistemas estaduais, seja através do sistema particular. O sistema federal chegou mesmo a diminuir o número de pessoas matriculadas e diplomadas, particularmente nas universidades, apesar da pequena expansão havida em seu quadro docente. A tabela 3 dá conta destas alterações, e mostra também uma queda no número absoluto de conclusões de curso nestes cinco anos, de maneira mais acentuada entre as instituições municipais. Algumas destas alterações podem se explicar por mudanças no status legal de determinadas instituições. Existe uma tendência à estadualização das instituições municipais, como ocorreu por exemplo em Santa Catarina, assim como um movimento dos estabelecimentos isolados particulares em se reunir em universidades, para se livrar dos controles do Ministério da Educação quanto à abertura de novos cursos. Podem haver também incorreções nos dados produzidos pelo MEC, o que deve ser ainda verificado.

Tabela 3 - Evolução do número de instituições, docentes, matrículas e conclusões de curso, 1983-1998, por tipo de instituição e dependência administrativa.				
		1983	**1988**	**dif %**
Universidades				
Instituições	Federal	35	35	0.0%
	Estadual	10	15	50.0%
	Municipal	2	2	0.0%
	Particular	20	31	55.0%
	Total	67	83	23.9%
Docentes	Federal	40276	42029	4.4%
	Estadual	12631	17713	40.2%
	Municipal	1063	819	-23.0%
	Particular	15086	19241	27.5%

	Total	69056	79802	15.6%
Matrículas	Federal	328044	304465	-7.2%
	Estadual	98371	129785	31.9%
	Municipal	17213	17178	-0.2%
	Particular	244232	318812	30.5%
	Total	687860	770240	12.0%
Conclusões	Federal	40588	35747	-11.9%
	Estadual	12469	16597	33.1%
	Municipal	2948	2320	-21.3%
	Particular	36609	44809	22.4%
	Total	92614	99468	7.4%
Isoladas e Federações				
Instituições	Federal	25	19	-24.0%
	Estadual	69	72	4.3%
	Municipal	112	90	-19.6%
	Particular	595	607	2.0%
	Total	801	788	-1.6%
Docentes	Federal	2698	2519	-6.6%
	Estadual	3703	4090	10.5%
	Municipal	4433	3290	-25.8%
	Particular	33889	35782	5.6%

	Total	44723	45681	2.1%
Matrículas	Federal	12074	13366	10.7%
	Estadual	48826	60951	24.8%
	Municipal	72161	59606	-17.4%
	Particular	618071	599397	-3.0%
	Total	751132	733320	-2.4%
Conclusões	Federal	2295	2284	-0.5%
	Estadual	9380	8442	-10.0%
	Municipal	13547	9610	-29.1%
	Particular	126823	103036	-18.8%
	Total	152045	123372	-18.9%
Totais				
Instituições	Federal	60	54	-10.0%
	Estadual	79	87	10.1%
	Municipal	114	92	-19.3%
	Particular	615	638	3.7%
	Total	868	871	0.3%
Docentes	Federal	42974	44548	3.7%
	Estadual	16334	21803	33.5%
	Municipal	5496	4109	-25.2%

	Particular	48975	55023	12.3%
	Total	113779	125483	10.3%
Matrículas	Federal	340118	317831	-6.6%
	Estadual	147197	190736	29.6%
	Municipal	89374	76784	-14.1%
	Particular	862303	918209	6.5%
	Total	1438992	1503560	4.5%
Conclusões	Federal	42883	38026	-11.3%
	Estadual	21849	25039	14.6%
	Municipal	16495	11930	-27.7%
	Particular	163432	147845	-9.5%
	Total	244659	222840	-8.9%

2. As diferenças regionais

Os estados brasileiros costumam ser agrupados em cinco grandes regiões: a do Norte, cobrindo os estados da Amazônia; a do Nordeste, a região mais pobre do país; o Sudeste, que reune os estados mais populosos; o Sul, com uma grande presença de imigrantes de origem européia; e o Centro-Oeste, região de fronteira e de população rarefeita, mas onde tem grande peso a cidade de Brasília. É natural que a distribuição da matricula em instituições de nível superior corresponda às diferenças em população. Além disto, existem diferenças importantes na percentagem de população atendida pelo ensino superior entre as diversas regiões, relacionadas com a renda, como indica a tabela 4.

Tabela 4. Renda per capita e porcentagem de matrículas em educação superior sobre população 18 a 25 anos, por região geográfica.

REGIÃO	RENDA PER CAPITA (US$)	% DE MATRICULAS
NORTE	2331	6.52
NORDESTE	2038	4.32
SUDESTE	3027	10.03
SUL	2629	7.18
C.OESTE	2654	6.83
MEDIA	2400	7.73

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico de 1985. Os dados de renda, em moeda nacional, foram convertidos em dólar supondo uma renda nacional per capita de US $2.400.00 para aquele ano.

Tão significativa quanto diferenças em números absolutos é a distribuição das matrículas por tipo de instituição:

Tabela 5 - Matrículas em Educação Superior, por região e dependência administrativa das instituições.

REGIÃO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIP	PARTICUL	TOTAL
NORTE	65,2%	7,5%	--	23,3%	39457
NORDESTE	42,8%	19,4%	5,1%	32,7%	252718
SUDESTE	11,3%	10,4%	4,0%	74,3%	845403
SUL	21,9%	16,4%	9,2%	52,4%	281297
C OESTE	31,8%	5,4%	5,0%	57,9%	84685
TOTAL	21,1%	12,7%	5,1%	61,0%	1503560

É exatamente nas regiões mais desenvolvidas no Sudeste, Sul Centro-Oeste (Brasília) que o ensino privado atinge seus maiores índices, enquanto que no Norte e no Nordeste predomina o ensino público. O Sul apresenta, ainda, uma proporção significativa de matrículas em instituições municipais, fenômeno que não existe no Norte e não adquire maiores proporções em outras regiões.

As diferenças em relação à dependência administrativa se refletem também em diferenças quanto ao tipo de instituição. Cerca de metade dos estudantes de nível superior brasileiro freqüentavam instituições não universitárias em 1988, concentradas principalmente na região Sudeste. No Nordeste, e em menor medida no Sul, ainda predominam as formas mais clássicas de organização universitária.

Tabela 6 - Matrículas por região geográfica e tipo de estabelecimento.

	UNIVERSIDADE	FEDERACAO DE ESCOLAS	FACULDADES INTEGRADAS	ESTABELECIMENTO ISOLADOS	TOTAL
NORTE	63%	0%	24%	14%	100%
NORDESTE	70%	1%	3%	26%	100%
SUDESTE	42%	2%	15%	41%	100%
SUL	62%	1%	7%	31%	100%
C OESTE	46%	0%	24%	30%	100%
TOTAL	51%	1%	12%	35%	100%

A gratuidade das instituições públicas, e o prestígio que freqüentemente se associa a elas, faz com que grande parte da demanda por educação se dirija ao setor público, que no entanto não consegue absorver senão parte desta procura, e forma um número muito menor de pessoas. 45% dos candidatos buscam instituições públicas gratuitas (tabela 7), mas apenas 28% dos que postulam conseguem entrar em uma universidade federal ou estadual (tabela 10) (as universidades municipais são pagas, e têm as taxas mais altas de admissão)[(2)]. Uma

vez admitido, o estudante tem uma chance em duas de concluir o curso, com uma ligeira vantagem para os que entraram nas universidades federais (tabela 11). Se esta é a sorte dos admitidos, a dos postulantes é inversa: menos de 8% dos que buscam ingressar em estabelecimentos federais ou estaduais conseguem diplomar-se por eles, contra o dobro para os que buscam o setor municipal ou privado (tabela 12). Este dado reflete o fato de que, se o ingresso nas instituições privadas é mais fácil, as taxas de abandono nestas instituições também são também mais altas, o que acaba gerando uma "perda" mais significativa do que a do setor público.

Tabela 7 - Candidatos aos cursos superiores (inscrições), por região e dependência administrativa das instituições.

REGIÃO	FEDERAL (%)	ESTADUAL (%)	MUNICIP (%)	PARTICUL (%)	NAO INFOR (%)	TOTAL (100%)
NORTE	68%	8%	3%	22%	0%	68988
NORDESTE	42%	23%	3%	29%	3%	359811
SUDESTE	14%	21%	3%	59%	3%	1078119
SUL	27%	22%	8%	41%	3%	289800
C OESTE	40%	4%	3%	41%	12%	125161
TOTAL	25%	20%	4%	48%	3%	1921879

Tabela 8 - Matrícula inicial (ingressos) nos cursos superiores, por região e dependência administrativa.

REGIAO	FEDERAL (%)	ESTADUAL (%)	MUNICIP (%)	PARTICUL (%)	NAO INFOR (%)	TOTAL (100%)
NORTE	57%	8%	2%	33%	0%	9989
NORDESTE	35%	21%	7%	33%	4%	59442
SUDESTE	8%	9%	5%	75%	4%	268079
SUL	17%	18%	12%	50%	4%	85622
C OESTE	28%	6%	6%	46%	15%	27005
TOTAL	15%	12%	6%	62%	5%	450137

Tabela 9 - Diplomados nos cursos superiores, por região e dependência administrativa das instituições.

REGIÃO	FEDERAL (%)	ESTADUAL (%)	MUNICIP (%)	PARTICUL (%)	NAO INFOR (%)	TOTAL (100%)
NORTE	69%	6%	0%	25%	0%	5140
NORDESTE	36%	19%	7%	34%	5%	31329
SUDESTE	8%	9%	4%	73%	5%	132479
SUL	19%	16%	9%	51%	5%	41768
C OESTE	34%	3%	2%	43%	18%	12125
TOTAL	17%	11%	5%	61%	6%	222841

Tabela 10 - Ingressos por candidatos, por região e dependência administrativa (percentagens)

	FEDERAL (%)	ESTADUAL (%) (%)	MUNICIPAL (%)	PARTICULAR (%)	TOTAL
NORTE	12.25	15.72	8.73	21.52	14.48
NORDESTE	13.60	15.72	35.26	18.59	16.52
SUDESTE	13.29	10.33	37.32	31.70	24.87
SUL	18.01	24.22	43.90	36.50	29.55
C OESTE	15.05	31.66	38.64	23.76	21.58
TOTAL	14.25	14.14	38.40	30.21	23.42

Tabela 11. Diplomados por ingressos, por região e dependência administrativa (percentagens)

	FEDERAL (%)	ESTADUAL (%)	MUNICIPAL (%)	PARTICULAR (%)	TOTAL (%)
NORTE	61.99	35.52	0.00	39.71	51.46
NORDESTE	54.86	46.34	51.20	54.02	52.71
SUDESTE	55.50	51.56	46.21	47.95	49.42
SUL	55.36	42.66	39.46	49.96	48.78
C OESTE	54.95	21.25	16.33	42.87	44.90
TOTAL	55.76	46.64	42.66	48.37	49.51

Tabela 12. Candidatos por diplomados, por região e dependência administrativa.

	FEDERAL (%)	ESTADUAL (%)	MUNICIPAL (%)	PARTICULAR (%)	TOTAL (%)
NORTE	7.60	5.58	0.00	8.55	7.45
NORDESTE	7.46	7.28	18.05	10.04	8.71
SUDESTE	7.38	5.33	17.25	15.20	12.29
SUL	9.97	10.33	17.32	18.24	14.41
C OESTE	8.27	6.73	6.31	10.19	9.69
TOTAL	7.94	6.60	16.38	14.61	11.59

Qual o efeito do fator regional sobre a escolha das áreas de estudo? A tabela 13 mostra a distribuição das matrículas dos estudantes por área de conhecimento. Chama a atenção, desde logo, a grande concentração de matrículas nas áreas de humanidades e ciências sociais 57% do total que se dá de forma mais ou menos igual para todas regiões. E nota-se, também, que não há maiores diferenciações por região socioeconômica, ao contrário do que se poderia esperar.

Tabela 13. Áreas de conhecimento das matrículas, por região.

REGIAO	EXATAS (%)	BIOLOG (%)	ENGENH (%)	SAUDE (%)	AGRARI (%)	SOCIAIS (%)	HUMANAS (%)	LETRAS (%)	TOTAL (100%)
NORTE	8%	1%	11%	15%	3%	40%	17%	5%	39457
NORDESTE	9%	2%	8%	11%	4%	32%	24%	10%	252718
SUDESTE	9%	1%	11%	12%	2%	39%	17%	8%	845403
SUL	9%	1%	8%	11%	4%	41%	18%	9%	281297
C OESTE	8%	2%	5%	7%	3%	41%	25%	9%	84685
TOTAL	9%	1%	10%	11%	3%	38%	19%	8%	1503590

Estas diferenças em matrículas refletem, em parte, a diferença de ofertas existentes nas diferentes regiões, como indicado na tabela 14.

Tabela 14. Disponibilidade de vagas nos cursos superiores, por áreas de conhecimento.

REGIAO	C EXATAS	C BIOLOG	ENGENH	SAUDE	AGRARIAS	SOCIAIS	HUMANAS	LETRAS	C. BASICO	TOTAL
NORTE	10.2%	1.3%	10.9%	13.0%	4.0%	37.8%	17.1%	5.8%	0.0%	8790
NORDESTE	11.4%	1.7%	7.2%	10.5%	3.6%	28.4%	26.0%	11.4%	0.0%	57931
SUDESTE	11.8%	1.4%	9.1%	9.5%	1.6%	33.4%	21.4%	11.4%	0.3%	289384
SUL	11.7%	1.2%	6.1%	10.4%	3.0%	36.0%	21.1%	10.7%	0.0%	83973
C OESTE	11.1%	1.8%	4.2%	6.7%	2.7%	34.8%	27.9%	10.8%	0.0%	23661
TOTAL	11.7%	1.4%	8.1%	9.7%	2.2%	33.4%	22.2%	11.1%	0.2%	(100%)
(N)	54144	6547	37706	44925	10324	154710	102756	51682	945	463739

Como explicar esta oferta, tão concentrada na área social e de humanidades? O primeiro passo é examinar a relação entre candidatos e vagas, conforme a tabela 15:

Tabela 15. Candidatos por vagas, por regiões e áreas de conhecimento

REGIAO	EXATAS	BIOLOG	ENGENH	SAUDE	AGRARI	SOCIAIS	HUMANA	LETRAS	BASICO	TOTAL
NORTE	5.7	8.1	6.1	9.0	4.7	9.5	6.8	6.7	--	7.8
NORDESTE	3.9	4.8	6.8	9.5	6.4	8.0	5.1	3.3	--	6.2
SUDESTE	3.0	3.3	4.7	8.1	5.9	4.4	1.8	1.4	3.1	3.7
SUL	2.4	3.3	3.9	6.4	5.6	4.2	1.8	1.4	--	3.5
C. OESTE	5.3	6.0	6.0	10.1	6.8	6.7	3.1	2.7	--	5.3
TOTAL	3.2	3.8	4.9	8.1	5.9	5.0	2.5	1.8	3.1	4.1

Há uma média de quatro candidatos por vaga para todo o país, variando de um mínimo de 2 para as áreas de letras e humanidades, até um máximo de 8 para a área de saude. Em termos regionais, existe uma carência mais acentuada de vagas nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do que nas demais. As diferenças da demanda por área de conhecimento em cada região podem ser melhor observadas se os dados acima forem normalizados pelo total de candidatos por vaga do país, conforme a tabela 16[(3)]:

Tabela 16. Demanda relativa por vagas por área de conhecimento, por região.

REGIAO	EXATAS	BIOLOG	ENGENH	SAUDE	AGRARI	SOCIAIS	HUMANA	LETRAS	TOTAL	Variança[1] entre áreas
NORTE	0.72	1.04	0.77	1.14	0.60	1.21	0.87	0.86	1.90	0.04
NORDESTE	0.62	0.77	1.09	1.54	1.03	1.29	0.82	0.53	1.51	0.10
SUDESTE	0.80	0.89	1.25	2.17	1.58	1.19	0.49	0.38	0.90	0.37
SUL	0.71	0.96	1.13	1.87	1.61	1.23	0.52	0.41	0.85	0.23
C OESTE	1.01	1.13	1.14	1.92	1.28	1.26	0.59	0.50	1.29	0.17
TOTAL	0.76	0.91	1.17	1.94	1.43	1.21	0.59	0.43	1.00	0.21

[1]Não inclui o ciclo básico.

A demanda na Região Sudeste, e em menor grau no Sul e no Centro-Oeste, é muito mais diferenciada do que nas demais regiões, com uma preferência nítida pelas profissões da área de Saúde, e muito menores concentrações nas áreas de letras e de humanidades. No Nordeste, por outro lado, e de forma ainda mais acentuada no Norte, as preferências se distribuem de forma mais homogênea. A demanda por educação superior não se dá de forma abstrata, a partir das "vocações" profissionais dos candidatos, mas depende em grande parte da disponibilidade de vagas e de uma avaliação bastante realista que os candidatos fazem de suas probabilidades de efetivamente conseguir o tipo de educação que almejam. A tabela 16 sugere que existe, ainda, uma imagem das condições do mercado de trabalho, que varia de região para região, e explica, possivelmente, as diferenças observadas: o Sudeste e Sul parecem colocar um prêmio adicional para as profissões de cunho técnico como a medicina e a engenharia (mas não para as ciências, como as exatas e biológicas), enquanto que no Nordeste, e mais acentuadamente no Norte, o título universitário em si parece ser o mais importante.

A tabela 17 apresenta a percentagem média[(4)] de mulheres por homens entre os inscritos na primeira série dos cursos superiores de 1988, por região e área de conhecimento:

Tabela 17. Feminização dos cursos: média das percentagens de mulheres inscritas no primeiro ano dos cursos superiores, por região e área de conhecimento.

REGIAO	EXATAS	BIOLOG	ENGENH	SAUDE	AGRARI	SOCIAIS	HUMANA	LETRAS	TOTAL	VARIAÇAO[1]
NORTE	31%	60%	20%	67%	44%	48%	63%	62%	49%	0,44.
NORDESTE	35	59	23	65	28	48	64	65	53	0,45
SUDESTE	44	62	16	67	31	47	74	79	58	0,44
SUL	51	65	20	66	25	43	71	79	57	0,42
C OESTE	39	64	28	65	27	48	68	81	57	0,38
TOTAL	43	62	19	66	29	47	71	77	56	
VARIAÇÃO[1]	0,45	0,14	0,57	0,28	0,55	0,42	0,29	0,22	0,44	

[1]O coeficiente de variação é o desvio padrão normalizado pela média.

O aumento do número de mulheres no ensino superior é uma das características centrais do processo de

expansão do último degrau da pirâmide educacional em todo o mundo. Em parte, ele corresponde ao aumento da igualdade de direitos sociais, oportunidades educacionais e ocupacionais entre homens e mulheres. Este aumento se deve em parte, também, à abertura do sistema educacional para novos grupos sociais pessoas mais velhas, pessoas de estratos sociais menos privilegiados cujas motivações e condições de acesso e aproveitamento dos recursos educacionais existentes não são os mesmos daqueles dos estudantes tradicionais. Os dados do Brasil revelam que as mulheres já constituem a maioria dos estudantes de nível superior do país; as taxas de feminização dos cursos não variam muito de região para região, mas as diferenças são extremamente expressivas em termos de áreas de conhecimento, com as letras e as humanidades concentrando os grandes contingentes femininos. Os coeficientes de variação mostram que existem grandes diferenças em graus de feminização nas áreas tecnológicas e das profissões sociais, que talvez expressem o fato de que a classificação por áreas adotada pelo Ministério da Educação reunam de fato cursos de características muito distintas[5]. As variações dentro de cada região não mostram grandes diferenças.

A expansão do ensino superior também está vinculada ao crescimento das matrículas em cursos noturnos, cujo quadro atual pode ser visto na tabela 18.

Tabela 18. Média das percentagens de matrículas em cursos noturnos, por região geográfica e áreas de conhecimento

REGIAO	EXATAS	BIOLOG	ENGENH	SAUDE	AGRARI	SOCIAIS	HUMANAS	LETRAS	TOTAL	VARIAÇÃO
NORTE	5%	0%	27%	17%	1%	46%	10%	0%	23%	0,58
NORDESTE	30	23	9	3	0	44	47	41	34	0,77
SUDESTE	63	31	48	20	8	78	80	73	64	0,67
SUL	5	0	13	13	3	77	61	50	54	0,87
C OESTE	44	27	37	4	0	75	50	51	51	0,92
TOTAL	53	24	35	15	5	71	66	61	55	0,83
VARIAÇÃO	0,88	1,62	1,22	2,20	4.00	0,54	0,66	0,71		

Esta tabela confirma o padrão que já vinha sendo evidenciado pelas anteriores. O estudo noturno é um fenômeno das regiões mais desenvolvidas, particularmente do Sudeste; e sobretudo de determinadas áreas de conhecimento, concentrando-se nas ciências sociais, nas ciências humanas, nas letras e nas ciências exatas, em contraste com as ciências biológicas, as ciências da saúde, a engenharia e as ciências agrárias. Os coeficientes de variação não mostram grandes diferenças entre as regiões, mas evidenciam a grande heterogeneidade dentro de algumas áreas, tais como definidas aqui.

3. A diferenciação das áreas de conhecimento

Os dados anteriores já dão algumas informações sobre as diferenças entre as áreas de conhecimento, que podem ser resumidas na tabela abaixo:

Tabela 19. Características gerais das diferentes áreas de conhecimento

	Matrículas	Vagas	média de alunos em cursos noturnos	Feminização	Ingressantes /formados	licenciaturas
Exatas	9%	11.7%	53%	43%	2.6	60%
Biológicas	1%	1.4%	24%	62%	2.1	77%
Engenharias	10%	8.1%	35%	19%	2.4	13%
Saúde	11%	9.7%	15%	66%	1.6	32%
Agrárias	3%	2.2%	5%	29%	1.7	9%
Sociais	38%	33.4%	71%	47%	2.1	3%
Humanas	19%	22.2%	66%	71%	1.8	90%
Letras	8%	11.1%	61%	77%	2.1	87%

Este quadro permite dividir as áreas de conhecimento em três grandes grupos, com características próprias: a área das ciências naturais e exatas, a área das profissões clássicas, e a área das ciências sociais, humanas e letras. Destas, as mais procuradas, em termos relativos, são as das profissões tradicionais, com cerca de 20% das vagas, em cursos predominantemente diurnos, com preponderância quase absoluta de homens nas engenharias, e a maioria de mulheres na área de saúde. As ciências naturais e exatas funcionam como segunda escolha para os que não conseguem entrar nas carreiras tradicionais. O setor de ciências biológicas é diminuto, e o de ciências exatas, ainda que relativamente maior, apresenta as taxas mais altas de abandono durante o curso (número de alunos que ingressam em relação aos que se formam).

Existe uma clara diferenciação entre as ciências sociais (cursos noturnos, predominantemente masculinos) e os de ciências sociais e humanidades (menos concentração em cursos noturnos, mais feminização). Os dados sobre ingressantes por diplomados mostram uma variação menor do que o que normalmente se suspeita, sugerindo que os estudantes, de uma maneira geral, equalizam suas probabilidades de se formar, a partir dos recursos e das oportunidades educacionais de que dispõem. Existe ainda uma diferença marcante entre as áreas de conhecimento quanto à existência ou não de licenciaturas para o exercício do magistério[(6)]. Pela classificação feita pelo Ministério da Educação, a área de ciências sociais corresponde, na realidade, à das profissões sociais (economia, direito, administração), o que explica em parte sua baixa feminização. Esta tabela mostra também como as áreas de ciências exatas e biológicas se distinguem das de engenharia e das ciências da saúde. São as licenciaturas, somadas às profissões sociais, que reunem a grande massa de estudantes superiores brasileiros, o que ajuda a entender, sem dúvida, seu baixo grau de profissionalização.

4. Público ou privado?

A tabelas 20 e 21 apresentam as principais diferenças entre os cursos superiores quando classificados pela dependência administrativa, ou seja, se federais, estaduais, municipais ou particulares. As instituições de ensino superior municipais são um fenômeno principalmente do sul do país. Elas dependem freqüentemente de uma combinação de recursos públicos e privados, cobram anuidades de seus alunos, e muitas vezes buscam se estadualizar ou federalizar como forma de assegurar um financiamento mais permanente. A grande diferença em relação à dependência administrativa ocorre em relação aos cursos noturnos, que são uma indicação aproximada do nível socioeconômico dos estudantes. O sistema municipal é predominantemente noturno, o mesmo ocorrendo com o ensino privado, na proporção de dois para um; o ensino federal é fortemente diurno (na proporção de cinco para um), com os sistemas estaduais ocupando uma posição intermediária A tabela 21 mostra que existe uma certa especialização de áreas de conhecimento com as

instituições federais e estaduais matriculando um número relativamente maior nas áreas de saúde e das engenharias. Mas, mesmo assim, as instituições federais e estaduais não chegam a cobrir 50% das matrículas nestas áreas (48% nas engenharias e 49% nas profissões ligadas à saúde[7]), e a forte predominância das ciências sociais e humanas em todos os setores contribui para explicar a pouca diferença de feminização entre eles.

Tabela 20. Características gerais dos estudantes de nível superior, por dependência administrativa

	Matrículas	vagas	média de alunos em cursos noturnos	feminização	ingressantes/formados	% licenciaturas
Federal	21%	15%	15%	50%	1.72	31%
Estadual	13%	11%	49%	55%	2.08	46%
Municipal	5%	6%	84%	60%	2.24	42%
Particular	57%	63%	70%	58%	1.98	35%
Não infor-mado	4%	5%	79%	67%	1.57	59%
Total	100%	100%	55%	56%	1.94	37%

Tabela 21. Matrículas por área de conhecimento, por dependência administrativa.

	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Não infor-mado	Total
Exatas	8%	13%	13%	8%	9%	9%
Biológicas	2%	2%	0%	1%	--	1%
Enge-nharias	15%	12%	4%	8%	2%	10%
Saúde	18%	13%	8%	9%	12%	11%
Agrárias	8%	4%	4%	1%	--	3%
Sociais	27%	23%	39%	47%	30%	38%
Humanas	14%	22%	21%	18%	37%	19%
Letras	8%	12%	9%	7%	10%	8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

5. Universidades e não universidades

Segundo a legislação brasileira, as Universidades são instituições de nível superior que atuam em todas as grandes áreas de conhecimento (ciências exatas, ciências da vida e ciências sociais e humanidades), e dedicadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Os "estabelecimentos isolados", por outra parte, são instituições dedicadas à formação profissional em uma ou poucas áreas do conhecimento. A Constituição de 1988 dá às Universidades (mas não aos estabelecimentos isolados) autonomia didática, administrativa e financeira, cuja verdadeira natureza e alcance ainda não estão claramente definidos. Esta autonomia implica, entre outras coisas, a liberdade de criar novos cursos superiores, independentemente de autorização federal, enquanto que estabelecimentos isolados dependem desta autorização, que atravessa ciclos de maior e menor liberalidade. Isto explica o movimento havido nos últimos anos para a criação de um grande número de universidades privadas, a partir da associação destes estabelecimentos. Esta tendência parece estar fazendo desaparecer as diferenças que ainda existem entre universidades e instituições não universitárias em relação ao seu público, conforme a tabela 22.

Tabela 22. Características gerais dos estudantes de nível superior, segundo o tipo de instituição.

	Universidades	Outras instituições	Total
Matrículas	51%	49%	100%
Vagas	44%	56%	100%
média de alunos em cursos notur-nos	30%	78%	55%
feminização	53%	60%	56%
Ingressantes por formados	1.95	1.93	1.94
% licen ciaturas	33%	41%	37%

Tabela 23. Matrículas por área de conhecimento, por tipo de instituição.

	Universidade	Federação de Escolas	Faculdades Integradas	Estabelec-imentos Isolados	Total
Exatas	10%	9%	8%	8%	9%
Biológicas	2%	1%	0%	1%	1%
Enge-nharias	12%	1%	5%	8%	10%
Saúde	14%	7%	5%	10%	11%
Agrárias	4%	0%	0%	2%	3%
Sociais	34%	42%	55%	40%	38%
Humanas	16%	32%	19%	22%	19%
Letras	8%	8%	7%	9%	8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

A grande diferença que esta tabela indica é a de que as universidades têm muito menor proporção de cursos com matrículas noturnas do que as demais instituições. As diferenças por área de conhecimento são semelhantes às anteriores, relativas ao tipo de dependência administrativa, mas menos acentuadas. É claro que devem existir outros tipos de diferença que não surgem nestes dados, como, por exemplo, em relação a atividades de pesquisa ou pós-graduação, custos, características dos professores, e assim por diante. De qualquer forma, as tabelas 22 e 23 sugerem que a área de conhecimento, a região geográfica, e quem controla de fato a instituição é muito mais significativo do que seu status universitário ou não.

6. Conclusões

Os pontos principais da análise das características gerais do alunado das instituições de ensino superior brasileiras podem ser resumidos na tabela 22, cujos valores são "F ratios" obtidos por análise de variança[(8)], e na tabela 23, que mostra a associação existente entre as diferentes classificações dos cursos superiores.

Tabela 24. Determinantes de variações nas características dos cursos ("F ratios")

	Area de Conhe-cimento	Região	Dependência ad-ministrativa	Tipo de Institu-ição	R múltiplo
matrículas totais	68.9	6.4	20.4	24.2	0.387
matrículas diurnas	75.11	3.6	5.0	55.3	0.452
matrículas noturnas	78.3	9.9	57.5	2.1	0.490
% de matrículas noturnas	118.5	9.7	106.5	125.5	0.716
candidatos (inscritos)	59.4	13.7	14.6	19.5	0.369
% de mulheres ingressantes	288.73	4.6	3.5	1.7	0.637
candidatos por vaga	66.9	61.0	11.0	18.0	0.482

Tabela 25. Associações entre área de conhecimento, região, dependência administrativa e tipo de instituição (coeficientes de contingência):

	Região	Dependência Ad-ministrativa	Tipo de Instituição
Área de co-nhecimento	0.11	0.23	0.20
Região	--	0.43	0.28
Dependência Admi-nistrativa	--	--	0.54

O principal efeito observado da região socioeconômica é sobre a dependência administrativa (se federal, estadual ou municipal), e, em segundo lugar, sobre o tipo de instituição - se universitária ou não universitária. Já vimos que as regiões menos desenvolvidas, onde o ensino superior não se massificou, ainda têm uma predominância de instituições federais, e universitárias. Existem também diferenças importantes quanto ao número de candidatos por vaga, muito maiores no Norte e Nordeste do que no restante do país. Em outras palavras, o ensino superior se tornou mais acessível no centro-sul, e para isto adquiriu novas formas. Estas novas instituições tendem a se especializar em determinadas áreas de conhecimento, mas, principalmente, em determinados tipos de aluno. Alguns tipos de instituição têm mais alunos matriculados do que outras, em cursos diurnos ou noturnos, e, mais especialmente, um perfil de cursos mais definido, predominantemente noturno, ou predominante diurno.

Mas o que mais chama a atenção neste quadro sintético são as diferenças profundas que ocorrem em função das diferentes áreas de conhecimento dos cursos superiores, e que parecem independer do tipo de instituição, da região e da dependência administrativa em que eles ocorrem. As diferentes áreas de conhecimento estão

relacionadas com diferenças em feminização, matrículas noturnas e, em menor grau, com as demais variáveis que estamos utilizando neste estudo. Elas certamente se relacionam, também, com a qualidade da educação que as pessoas recebem, e com as perspectivas profissionais para o futuro. Escolher uma carreira, no Brasil de hoje, tem pouco a ver com "vocações" e simples preferências pessoais, e muitíssimo com as condições pessoais e sociais que condicionam esta escolha. Nenhuma política governamental sobre o ensino superior brasileiro pode ser conduzida sem tomar em conta as implicações deste fato.

Notas:

1. Agradecemos a Elisa Wolynec pelas críticas e sugestões.

2. Estes dados comparam números para o mesmo ano de 1988, e a rigor não permitem conclusões de ordem temporal, a não ser se assumirmos, como parece ser efetivamente o caso, que estas dimensões tenham se mantido estáveis nos últimos anos. Deve-se observar também que a mesma pessoa pode ser candidatar a vários cursos no mesmo ano, o que significa que o número de candidaturas é superior ao de candidatos, ainda que não se saiba em que proporção.

3. Esta tabela foi construída dividindo o valor de cada cela da tabela 15 pelo total do país, 4.1.

4. Trata-se de uma média entre percentagens, que indica o grau de feminização dos cursos, e não a percentagem de mulheres no total dos cursos de cada área ou região.

5. Uma tipologia derivada das características empíricas dos cursos, tais como feminização, matrículas noturnas, formados por ingressantes, etc. está sendo elaborada pelo NUPES.

6. As licenciaturas são títulos que habilitam para o magistério de primeiro e segundo grau, e os cursos que oferecem esta habilitação normalmente também oferecem o título de bacharel. Os dados sobre licenciaturas devem ser entendidos como "estudantes matriculados em cursos que oferecem licenciaturas", e não como estudantes que de fato estejam trabalhando para a obtenção deste grau.

7. A área das "engenharias" inclui desde as diversas especializações em engenharia propriamente dita até uma grande variedade de cursos de tecnologia e mecânica; a área da "saúde" inclui deste a medicina e odontologia até cursos técnicos em educação física, fisioterapia e nutrição. Devem haver diferenças profundas entre setores em relação ao ensino destes diferentes tipos de curso, o que não pode ser verificado neste nível de agregação.

8. Os "F ratios" indicam a proporção em que a variança existente em determinada variável é função de diferenças entre grupos, em relação às varianças dentro dos grupos. A última coluna da tabela indica em que medida as quatro variáveis independentes que estamos utilizando nesta análise explicam as variáveis dependentes.

<